Salomão Rovedo



O pacto dos meninos da Rua Bela

(novela)

Rio de Janeiro
2018

"Num dos momentos mais turvos da vida deste País, eis um acontecimento luminoso. Luminoso e sério, e cheio de amor: Monronguêtá. Um livro de estórias encantadas. Estórias inventadas e contadas, através de séculos, pelos índios do Amazonas, recolhidas diretamente por um homem que, varando verdes e águas, consagrou quarenta anos de sua vida para realizar, com paciência e paixão, esta obra destinada a permanecer viva no tempo, pela sua alta importância cultural e também pela força de sua beleza".

"Moronguêtá, ciência e magia. Livro em que viajam, em fraternal harmonia, a poesia e a ciência. A ciência vai por conta da sabedoria do autor: mestre Nunes Pereira, nome que aprendi a querer bem desde menino, quando já o seu trabalho entre os índios e até a sua própria e mansa figura, ganhavam na ternura dos nossos barrancos, os contornos de uma estranha lenda. Se os seus outros trabalhos já inscreveram o seu nome no Handbook of Ethnology – com este admirável Moronguêtá, Nunes Pereira – rio crescido e se fazendo mar e simplesmente – ocupa lugar entre os maiores da etnologia brasileira".

"A magia do livro vai por conta da raça. Por conta do índio, no qual o autor, meio índio ele também, viu, sobretudo e profundamente, o homem. Não o bugre, não apenas o ser primitivo, o pré-lógico. Mas um homem, uma mulher, uma criança, sinto vontade de dizer um companheiro. Porque só assim é que Nunes Pereira quis e pôde recolher o que os índios tinham de melhor e de mais essencial e vivo: o seu pensamento, a sua imaginação, o poderoso sortilégio de sua literatura oral. E aqui estão, reunidas em acervo jamais antes conseguido, as suas lendas, mitos, tradições, fábulas e estórias. Mas também conta como padecem eles nos seus choques sociais com o chamado homem civilizado; e como lutam – até mesmo eles, os companheiros índios, lá nos longes centros da mata, para resistir, em rebeldia de altiva dignidade humana, à grande praga da sociedade moderna que é a exploração do homem pelo homem".

"Moronguêtá – Um Decameron Indígena. Como o do florentino Bocaccio, obra-prima do século XIV, este é um livro romântico, heroico, fescenino, sarcástico, burlesco, lírico e obsceno. Moronguêtá: o dom da poesia, a riqueza erótica, a força da imaginação, trabalhados com ciência e amor por quem hoje melhor conhece os habitantes animais e vegetais, aquáticos e terrestres do Amazonas, imenso e sofrido pedaço verde do mundo: Nunes Pereira, irmão dos índios, porque irmão do Homem".

(Thiago de Mello – Introdução a Moronguêtá – 1967).

I

– Uma tragédia, um triste equívoco.

Assim o detetive Braga, encarregado do caso, fazia aos repórteres as declarações de praxe tentando explicar o dramático fato ocorrido na Rua Bela, sem polemizar muito para não aumentar o já desmoralizado conflito existente entre a instituição policial, a imprensa e a sociedade.

– Já temos o esquema quase completo e poderíamos demonstrá-lo, mas vamos aguardar o fim de todas as variantes investigativas para esclarecer detalhadamente. Qualquer tentativa de conclusão no momento seria obviamente prematura e precipitada.

Braga andava de um lado para o outro entre os repórteres impacientes. Nunca se acostumou a lidar com a imprensa, gente que parecia tão distante da sua profissão quanto uma galáxia da nossa Via Láctea. Tirante alguns poucos repórteres policiais, que procuravam entender as duas faces da moeda, Braga sabia que fazer declarações à imprensa nem sempre é vê-la publicada integralmente no dia seguinte.

As notícias têm uma escala de partida e retorno que vem desde o pautista, ao repórter; este, quando regressa, altera a pauta que já não pode jamais ser cumprida com exatidão. Daí vai para as mãos do copidesque (antes era revisor), até chegar ao paginador. Em suma, a pauta faz uma longa viagem entre a verdade e a ficção antes de ser pendurada na banca de jornal. As redações foram informatizadas decretando o fim da revisão, agora a responsabilidade é dos computadores – que não é gente, nem pode ouvir reclamações, nem levar porrada. Assim...

Macaco velho na profissão, Braga era tido pelos repórteres como um policial à antiga e, por conseguinte destinado à extinção. Ligado mais ao tipo de investigação dito sherloquiano, jamais nunca se conforma com o itinerário a que é submetido as informações que,

mesmo em nível interno, vão sofrendo poda, enxerto, maquiagem, até se travestir na inverdade de tudo o que foi dito – ou vice versa.

Às vezes o que sai publicado é mais bonito, mais colorido do que a realidade – ou mais ou menos horroroso. Bandidos e policiais são heróis da mesma história de quadrinhos, são os verdadeiros representantes, a verdade nua e crua que conhecemos no dia a dia, que deixa marcas de sangue nas paredes, nas calçadas, que espalha dor e faz chorar famílias, a cujo roteiro cotidiano se acrescenta passagens pelo IML e pelo cemitério de maneira brutal.

– Mas doutor Braga – foi a vez de um repórter intervir – os familiares das vítimas denunciam a atuação de grupos de extermínio no local, chacina de menores, de ações das milícias, da influência que traficantes têm nas escolas, se queixam de providências que foram pedidas e nunca tomadas, coisas assim. Repetição de crimes ocorridos recentemente, desde que virou voga com as famosas chacinas da Candelária, Vigário Geral, Queimados e Vila Vintém.

– Não precisamos detalhar o que todos vocês da imprensa já sabem. É lugar comum em casos semelhantes o protesto das famílias, a atuação de representantes do tráfico, invasão de milicianos, enfim, o desvio do foco principal para as periferias, para obter alguma vantagem. Depois de tudo muita gente vai pedir indenização coisa e tal. É fato. Mas também é algo que foge de nossa alçada, escapa do controle das simples delegacias. Portanto, vamos prosseguir na investigação, encontrar os culpados, objetivando entregar o processo bem elaborado ao corregedor para que as providências corram rápidas.

A cinza do cigarro desabou sobre a manga da camisa, que deveria ser branca antes de ficar encardida de suor e poeira. Braga tentou limpar a sujeira com a ponta dos dedos, mas foi pior a emenda que o soneto: a umidade deixada pelo suor desenhou uma trilha acinzentada como marcas de pneus derrapando no asfalto molhado. Suspirou resignado e usando os lugares comuns que assimilou durante a profissão, preparou todos os chavões para responder aos repórteres e encerrar aquela questão capciosa:

– Sentimos tanto quanto os familiares, que sofrem mais do que ninguém a perda dos entes queridos e têm motivos de sobra para ficar irritados. Tudo leva a crer, no entanto, que se trata de um trágico equívoco, lamentável, é certo, mas sem nenhuma ligação com a onda de violência que desce dos morros e sai das favelas alagadas para atingir menores e meninos delinquentes de rua. Uma coincidência, sim, mas fato isolado e triste. Por enquanto é só, gente. Bom trabalho para todos.

Braga saiu dizendo as últimas palavras e se encaminhou ao próprio gabinete, agradecendo aos repórteres como sempre fazia, dirigindo-se a cada um deles de modo individual. Aparecer nem sempre é vantajoso para o policial, mas há de haver alguma gentileza, uma tentativa de furtar algo que a imprensa sabe e não compartilha com autoridades, devido à proteção constitucional das fontes de informação. Aliás, a não ser que se pretenda ser candidato a algum cargo, nesses tempos bicudos de perseguição à figura do policial, aparecer demais nunca é vantagem. Ser leve e invisível é qualidade essencial a esse cargo tão vulnerável, que todo policial deveria carregar consigo.

Os repórteres se afastaram um tanto decepcionados, uns indo embora, outros procurando contatar a redação para encaminhar a matéria. É possível que entre eles alguém se interessasse pela linha investigativa, ou buscasse nos casos alguma pista a ser desvendada em entrevistas breves com escreventes e subalternos da delegacia – assim encontrar mais luz para elucidar o mistério que envolve situações similares. Alguém que pense enfim em ganhar o Prêmio Esso de Reportagem ou até o Pulitzer. Quem sabe?

O detetive Braga sumiu para o outro lado e se recolheu à tranquilidade da sala calorosa, mobiliada com mesas velhas polidas de preto, entre armários de aço, cadeiras desconfortáveis de encosto duro e cheiro de mofo que ele procurava eliminar abrindo as janelas para o sol. A mesa principal acumulava irregulares montes de papel, faxes, maços de cigarro vazios, cópias de relatórios, isqueiros, caixas

de fósforo, misturados a contas de luz, gás e telefone (pagas e a pagar), alguns cadernos de jornais, revistas não lidas.

O sinal de modernidade do escritório estava instalado na mesa lateral branca: um computador conjugado com impressora, fax e telefone. O novo e o velho conviviam no mesmo espaço dividido com radiocomunicador de última geração, vários telefones funcionando, outros mudos, grampeador, máquina de escrever elétrica, cinzeiros cheios de clipes, raspa de lápis, um copo com várias canetas de tinta azul, preta e vermelha, além de filtros de cigarro a não mais poder e, claro, cinza e mais cinza voando por todos os lados.

Braga sentia-se em casa. Sentou e acendeu mais um cigarro olhando a principal manchete do jornal Diário Popular – dedicado a fatos sensacionalistas. As letras garrafais destacavam o encontro macabro dos cadáveres de quatro meninos num terreno baldio. As fotografias ressaltavam o sangue vermelho que sujava as roupas, se espalhando em volta dos corpos. Esse detalhe dava na vista e aumentou a curiosidade de Braga. Havia muito sangue e nenhum sinal de violência, nem sinal de torturas, arranhados, membros quebrados, marca de arrastões, coisas assim. O olhar experiente do detetive reparou que havia, inclusive, enorme serenidade local, uma aura, tudo circundando o ambiente, os cadáveres.

As fotos mais tristes ilustravam a reportagem. Fotos que não caberiam em nenhum álbum, mas que ele, por força da profissão, tinha de ver diariamente. Sua cabeça inventava flashes cheios de contrastes como fotografias que se vê em casa fazendo comentários e rindo, retratos dos álbuns de festas tradicionais, casamentos, aniversários, batizados, linkando-se à memória dos folhetos das agências de turismo: Bahamas, Hawaii, Fernando de Noronha, São Luís, Nordeste.

Por que o mundo não continuou sendo aquele paraíso edênico que a Bíblia nos contou? Quem destruiu tudo isso? Adão? A serpente? A maçã? Eva?

II

Enquanto duraram os trabalhos de construção do elevado da Linha Vermelha, a Rua Bela no bairro operário de São Cristóvão se transformou toda ela num vasto, sujo e deserto canteiro de obras. Máquinas, betoneiras, ferramentas, areia, cimento, ferro retorcido, madeira, tapumes, tudo se amontoava numa loucura só ao longo da rua. Em consequência as baratas, ratos, escorpiões, os mais diversos insetos, de repente ficaram despidos das entranhas da terra, dos ralos, tubulações, das veias subterrâneas, esgotos – afloraram à superfície em busca de espaço para sobreviver.

Daí em diante foi a vez da população se ver atacada pelos males que derivam desse ambiente nocivo, além da normal chateação e da poeira invisível. Alergia, irritação das mucosas, dor de cabeça, dificuldade de respirar, enjoos, vômitos inesperados. Idosos e bebês, por circunstância natural da idade, eram os mais afetados e viviam frequentando os ambulatórios disponíveis para suplementos vitamínicos, antialérgicos, vacinas, nebulizações, soros, tudo que viesse amenizar o ataque repentino de tantos males.

Por outro lado a molecada encontrou naquela confusão um espaço novo, naturalmente voltado às aventuras, perigosas algumas, que costumam atraí-la. Após as aulas os meninos se acostumaram a ir ao local alimentando ideias e invenções naturais da idade, futucando buracos, explorando as cavernas, catando coisas, fazendo descobertas naquele mundo estranho.

O ambiente incomum se transformou em imenso laboratório natural, provocando a imaginação e a criatividade, enriquecendo o efervescente pensamento dos adolescentes. Os meninos encontraram ali o espaço ideal para a fuga do cotidiano violento, em busca de heróis, imaginários ou não. Para eles mocinhos e bandidos transitavam livremente entre a tela da TV e a realidade do bairro.

Por outro lado, a maioria dos moradores – que já era obrigada a conviver com o alto índice de poluição das pequenas indústrias do bairro – percebeu que a obra do elevado chegou para se transformar

num vizinho indesejável, capenga, lento, que veio converter a casa, a varanda, os cômodos todos, em ambientes empoeirados e sujos, sujeitos a intermináveis sessões de limpeza, com uma previsão futura mais triste ainda porque a pista de alta velocidade iria passar a poucos metros dos prédios que resistiram à onda de demolição.

Não é difícil se imaginar a situação num quadro de trânsito intenso e permanente, o ruído infernal dos motores, o barulho irritante das buzinas, o incômodo causado pelo pó finíssimo, que se tornaria cada vez mais filtrado pela passagem ininterrupta dos veículos, prenúncio de inevitáveis acidentes, fim da tranquilidade, do silêncio noturno. Uma Rua Bela transtornada, que jamais seria aquela mesma que consta das descrições históricas, pacata rua de subúrbio, calma, pacífica, distante.

III

Para a segunda semana de março de 1992 o calendário gregoriano reservou um dia aziago: a sexta-feira 13. E apesar de ninguém mais acreditar em superstições – pelo menos é o que dizem da boca para fora – o achado dos corpos de quatro meninos mortos num dos becos que circundam a Rua Bela foi atacado de maneira sensacionalista pelos jornais e vinculado diretamente ao dia azarado. Os jornais de resposta popular, principalmente estes, exploraram o fato em manchetes alarmantes, transformando-o em matéria para atrair público. A chacina da sexta-feira 13. Um filme de horror.

O assassinato de menores na Baixada Fluminense – área de maior periculosidade no Rio de Janeiro – desde há muito aparece na imprensa internacional até como fato corriqueiro. Mas no Bairro Imperial de São Cristóvão, bairro considerado proletário, no começo da Zona Norte, há acerca de 15 minutos do centro da cidade, abastecido de hospital, escolas, delegacias? Isso jamais tinha ocorrido, por isso será motivo das mais deslavadas explorações, comentários e maledicências sobre o Rio de Janeiro, críticas que culminariam em massacre da força policial. A repercussão entre as entidades de direitos humanos seria avassaladora.

Quatro meninos vestidos com uniforme do CIEPE Nunes Pereira, quatro crianças ainda em formação, incapazes de cometer qualquer crime, quatro garotos que jamais alimentariam as ambições de sequestradores, assaltantes e afins porque pertenciam a famílias pobres, classe média baixa, quatro guris que sequer justificariam as despesas com armas e balas para grupos de extermínio, quatro moleques que viviam cantando, imitando conjuntos de rock que viam nas TVs – uma coisa realmente difícil de entender e explicar, mesmo para a cabeça experimentada do detetive Braga.

O material escolar encontrado em posse dos meninos, cadernos, livros, mochilas, tudo foi recolhido e vistoriado pelo detetive, que não teve dificuldade com a perícia. O exame de corpo delito em poucos dias chegou a suas mãos sem que registrasse qualquer anormalidade como envenenamento, nem algo que indicasse uso de tóxicos, álcool, cola de sapateiro, éter. Apenas refrigerante, balas, doces, biscoitos, os meninos haviam ingerido naquele dia. Todos perderam a vida do mesmo modo: anemia profunda por perda extremada e incontrolável de sangue.

Passada a primeira euforia do achado, a imprensa o deixou de lado e ele pôde investigar tudo tintim por tintim, com a calma necessária, socorrendo-se primeiro do amigo e colega Dr. Fernando dos Santos, médico legista experiente e de alto conceito.

– Queimaduras de cigarros, marcas de tortura?

– Nada, negativo. Foi a resposta

– Picadas de agulhas?

– Negativo!

– Algum indício de tóxicos nos pulmões?

– Nada parecido.

– Sangue, vísceras, estômago?

– Nada, só o trivial, comida de moleque mesmo.

O detetive Braga agradeceu ao colega perito e desligou o telefone lentamente, a mão flutuando no ar, segurando o aparelho silencioso, enquanto a mente fervilhava em pensamentos frequentando os altiplanos da imaginação. Braga sozinho pensava em voz alta, a lógica transportando-o veloz – como um voo ponto a ponto – direto a um ponto inacreditável. Então ele soltou um risinho nervoso:

– As histórias policiais REALMENTE existem.

Só que tudo o transportava a imaginação a algo incrível que nem os jornais mais espetaculares, nem as mães com o sentimento mágico que têm, nem as ONGS que atuam livre de peias, nem mesmo toda a população da humanidade, que se deixa levar por estórias extraordinárias, ninguém enfim (muito menos os repórteres sensacionalistas), seriam capazes de acreditar na solução apresentada ao caso.

Braga era o portador de uma bomba repousada entre as pernas prestes a estourar e transformar em picadinho suas entranhas. Pegou a maçaroca de papéis, cadernos, recortes de jornais, notas que poderiam ser úteis e levou tudo para casa. Já teria divertimento intelectual por longo tempo. Um trabalhinho extra para o fim de semana que poderia levá-lo diretamente à confirmação de tudo que imaginava e dar o caso por resolvido, mesmo ao custo de ouvir reclamações da família pela mudança de planos. Já imaginava a sogra e a mulher dizendo em coro:

– Esse Braga não tem jeito mesmo! Então? Não tínhamos combinado passar o fim de semana em Cabo Frio?

Não precisava dizer que, mais que a imprensa, entidades de defesa, as mães dos menores, os religiosos, a pressão para resolver o caso era mais forte em casa mesmo. Com o caso resolvido a vida

voltaria à normalidade (se é que se pode achar a vida de detetive e policiais uma vida normal).

IV

– Ianomâmis. – Yanomanis. – Iânomanis. – Yanomamis.

Braga procurava acertar com a pronúncia e a grafia daquele nome bem brasileiro, mas não de todo conhecido. Depois de vasculhar todo o material – escolar ou não – que os garotos possuíam, o detetive descobriu algo que os unia em comum. Eram recortes de jornais, páginas de livros, textos sublinhados, fotocópias de revistas e de publicações consultadas em bibliotecas.

Curioso em saber mais detalhes da coincidência o detetive Braga procurou a diretora do CIEPE que confirmou suas suspeitas:

"Devido ao destaque ultimamente dado aos assuntos ecológicos e principalmente devido a realização da ECO-92 no Rio de Janeiro, a maioria das classes foi convocada a apresentar trabalhos sobre o tema da ecologia, recursos naturais, antropologia, populações indígenas e, evidentemente, as condições atuais de sobrevivência das tribos aborígenes."

Pois o trabalho que unia aquele grupo de estudantes era a história da aculturação da tribo Ianomâmi, arredia e jamais contatada, cujos acessos visando à pacificação haviam sido feitos recentemente. Na realidade, os indigenistas procuravam salvar aqueles índios da anunciada invasão de suas terras, objetivando construir uma estrada que atravessaria o Norte na direção de países andinos, com vistas a alcançar o Oceano Pacífico pela Amazônia.

Os resultados da incursão, afora pequenas reportagens feitas pelas tevês, nunca foram divulgados, mas soube-se – em off – que fazendeiros, garimpeiros e exploradores de madeira se aproveitaram da pacificação e da ingênua credibilidade dos ianomâmis para ganhar muito dinheiro. Na ocasião algumas tribos resistiram à

exploração de suas terras e vários índios morreram ou sumiram misteriosamente. Até as crianças sabem somar 2+2.

O trabalho de pesquisa do grupo realçava principalmente os aspectos conflituosos da aculturação, cujo resultado afetou direta e tragicamente crianças e adolescentes da tribo ianomâmi. Os cadernos apresentavam trabalhos fartamente ilustrados formando um belo quadro ecológico muito colorido, cheio de fotos de pássaros, vegetação, animais da fauna brasileira, a formação geométrica das tabas e, claro, índios vestidos em trajes cerimoniosos, utilizando o arco e a flecha, pescando, caçando ou mostrando a vida cotidiana da tribo, as lendas e crendices. Alguma coisa naqueles recortes soava familiar ao detetive.

V

O detetive Braga viu-se levado pela lembrança de um encontro que teve há muito tempo atrás com um velhinho de cabelos brancos, simpático e sorridente. Era Nunes Pereira que aos noventa anos, fazia passar as noites de aposentado sentado a uma mesa no Bar Amarelinho, na Cinelândia – local de encontro de artistas e intelectuais do Rio de Janeiro – para um bate-papo descontraído com amigos. Enquanto bebia uma tulipa de chope intercalava bicadas da cachaça Magnífica.

O prazer de Nunes Pereira era contar as histórias e aventuras que ele mesmo viveu durante os anos de convivência entre os índios da Região Amazônica, que o consideravam irmão. As aventuras na selva do Maranhão encheram-no de orgulho e sabedoria, tornando-se verdadeira enciclopédia sobre o assunto, referência para qualquer estudioso do tema. Foi ele o escolhido para ser entrevistado pelos alunos do CIEPE que levava o seu nome, homenagem de outro amigo dos índios, Darcy Ribeiro.

Nunes Pereira conhecia como ninguém a vida dos índios ianomâmi, seu habitat, seus costumes, histórias, lendas, hábitos, leis, hierarquias, epopeias e o amor pela natureza. Desse famoso antropólogo maranhense Braga ouviu a primeira referência

respeitosa e eloquente do índio brasileiro – muitas vezes levado ao alcoolismo por falsos antropólogos. Do indigenista também ouviu pela vez a palavra Ianomâmi – que nossos vizinhos hispânicos grafam Yanómane – porque a nação ianomâmi já ocupou a vasta região amazônica situada nas fronteiras do Brasil, Peru, Colômbia e Venezuela.

Depois de um massacre bandeirante, a tribo se dispersou e, contrariando as origens, se tornaram nômades. Portanto, para eles a fronteira não existia, eram moradores das terras situadas entre picos e montanhas, que conheciam como ninguém. Nunes Pereira contou a Braga como foram importantes os ianomâmis no auxílio à expedição que iria fazer o mapeamento do Pico da Neblina, num tempo que se buscava descobrir o teto do Brasil. E enquanto contava dava conselhos:

– Leiam meus livros, meus filhos, leiam os trabalhos dos irmãos Vilas-Boas, do Orlando, do Cláudio, do Leonardo, do Álvaro, gente que viveu entre os índios e pode falar mais sobre isso que muitos antropólogos de sala, salão, mesa e escrivaninha.

Corria o ano de 1946 quando missionários fizeram o primeiro contato com a tribo ianomâmi na Missão de Matucará. O sistema de aproximação ainda era a mesmíssima tática da tripulação de Cabral. Missionários, mateiros e indigenistas descobriam acampamentos abandonados – pois, como se disse, era tribo nômade – deixando presentes, utensílios de uso doméstico, colares, peças de adorno, bijuterias, espelhos, miçangas, um ou outro machado, uma faca. Mesmo aceitando a aproximação de modo pacífico os ianomâmis não se deixavam isolar nos parques anunciados porque eram de natureza a não aceitar moradia fixa.

Assim subdivididos dentro da própria família étnica os Ianomâmi tinham atritos constantes com seus parentes andinos em combates fratricidas. Então, quanto mais recôndita era a vegetação, mais servia aos propósitos da comunidade errante. Não obstante ser um povo de guerreiros, sempre se mostrou pacífico e pronto para ajudar os brancos, desde que não houvesse algum tipo de vínculo

nem obrigação. Foi assim que muitos deles se prontificaram a acompanhar a expedição criada para escalar o Pico da Neblina, aventura que deixava os homens febris e loucos devido às circunstâncias selvagens incomuns da região. Mesmo assim todos iniciaram bem animados a caminhada. Apesar de notar que enquanto avançavam o frio se acentuava e a serra mostrava sua natureza inexpugnável, ninguém imaginou o quadro que se desenhava.

A situação foi ficando mais grave quando os índios seminus se sentiram ameaçados pela temperatura exageradamente fria. Habituados ao clima tropical dos baixios, simplesmente foram pouco a pouco abandonando a expedição, sumindo na mata densa sem dar satisfação, deixando o grupo sozinho. Mas, até mesmo os mais resistentes membros da campanha foram duramente castigados pelo terreno virgem, pelo frio noturno abaixo de zero, pela umidade excessiva das terras altas.

As tentativas de alcançar o pico foram infrutíferas e o grupo teve de desistir a pouco menos de três quilômetros do objetivo final, segundo calcularam. Os homens foram forçados a fazer uma retirada lenta que se tornou dramática e dolorosa ao ficarem retidos no solo pegajoso, na mata intrincada, na lama produzida elas folhas e galhos apodrecidos. Era um caminhar demorado, penoso, faltaram víveres, os mosquitos e a febre atacavam, alimentavam-se precariamente, dormiam pior ainda. O jovem Nunes Pereira anotou tudo no Diário do Pico da Neblina, que continua guardado na Biblioteca Nacional junto com o acervo doado àquela instituição.

A natureza implacável se mostrou impiedosa com aventureiros que, mesmo preparados para situações difíceis e com muita experiência na selva, não esperavam tantas dificuldades. Alguns índios já aculturados que serviam de guia e intérprete também foram castigados com a perda da própria vida, caboclos ficaram gravemente enfermos, outros se extraviaram nas brenhas e foram encontrados dias depois à beira da morte. Pelo menos uma coisa todos souberam: os ianomâmis foram mais espertos quando

instintivamente desistiram da expedição retornando para as tabas na planície amazônica quente e úmida.

VI

– Leia livros, meu filho. Leia todos os trabalhos dos Vilas-Boas, sem esquecer do Leonardo e do Álvaro, que apareceram menos na imprensa. É relato de gente que conviveu com a natureza dos índios. Vivemos anos nas matas comendo, morando e até casando com indígenas e sabemos mais sobre eles do que muitos indigenistas que nunca saíram das salas das bibliotecas.

As palavras do velho amigo e antropólogo Nunes Pereira trouxeram recordações que fizeram o detetive Braga voltar o foco da investigação para o livro, com dedicatória e autógrafo do autor:

“Moronguêtá – Um Decameron indígena”.

Talvez estivesse ali o segredo para elucidar a investigação em andamento. A intuição do investigador policial (só igualada pela intuição feminina), dizia que ali iria encontrar ajuda direta à solução do caso. Lá pelas tantas da leitura minuciosa, Braga esbarrou numa lenda fantástica, “O Mito dos Baris - A Dança dos Mortos”, de inacreditável semelhança com a tragédia dos meninos da Rua Bela.

Quatro meninos Ianomâmis eram baris – isto é, cantores dançarinos – que viviam frequentando e animando com canções e bailados as festas religiosas e pagãs. Ficaram famosos porque tinham vozes maviosas que se casavam perfeitamente, completando-se uma com a outra. O quarteto mostrava perfeito entrosamento durante a exibição das danças, com coreografias inventadas na hora, mas que pareciam ter sido ensaiadas com afinco dado à concatenação conseguida. Tanta foi a fama e tantas as famílias que os convidavam para animar as festas que correu o mito de que a presença dos meninos trazia bons agouros ao lugar, às pessoas, aos objetos, à casa.

Tanto quanto fosse a festividade que havia lá estavam eles: nascimentos, batizados, nos rituais dos adolescentes, noivados e casamentos. Até durante o rito da morte e mumificação lá estava o grupo presente cantando e dançando as exéquias. Se um aldeamento novo era levantado os baris eram convidados de honra para cantar nas malocas antes de serem habitadas, nos roçados antes de serem plantados, nos paranás antes de ser feita a primeira pescaria, na florada e na colheita, no abate dos animais. Um dia foram chamados para um enterro e era funeral de muitos ianomâmis mortos em confronto com brancos, brancos fazendeiros, caboclos garimpeiros, brancos invasores, muitos madeireiros, brancos matadores.

A aldeia toda estava incendiada, as malocas destruídas, plantações derribadas, cadáveres por todo lado e os meninos baris pela primeira vez representaram os ritos em pranto, demorando-se mais num canto separado onde estavam as cabaças de barro ainda úmidas feitas às pressas para acolher os corpos dos curumins. Contaram quinze potes, choraram quinze vezes, dançaram quinze danças, cantaram quinze cantos fúnebres. Os baris continuaram cantando e dançando sem parar durante toda a noite quando ficaram sozinhos na aldeia, abandonada pelos sobreviventes em fuga.

No dia seguinte um grupo de religiosos acudiu ao local e encontrou os baris mortos derreados sobre o montículo onde os potes com o corpo dos curumins estavam enterrados. Foi uma consternação geral. Os corpos corados de urucum conservavam a pele lisinha como a cútis dos anjinhos. A terra úmida estava regada de vermelho do sangue dos baris.

Somente após muita pesquisa os indigenistas descobriram que os baris escolheram para morrer o ritual dos feiticeiros ianomâmis: uma minúscula incisão era feita sob a unha do dedão pé esquerdo que – sem dor nem sofrimento – provocava a perda total do sangue, expelido diretamente para o solo através de um minúsculo tudo de capim bambu.

Os meninos baris viraram heróis e tiveram um enterro misto das tradições ianomâmi e cristã.

VII

– Alô Fernando, como está? Deus ajuda a quem madruga!

Assim o detetive Braga saudou o colega que cumpria o plantão de sábado no laboratório, no afã de esmiuçar corpos que perderam a vida tragicamente em busca de minúsculas pistas e sinais que ajudassem a encontrar culpados e levá-los ao julgamento dos homens. Fernando riu e respondeu de imediato:

– Deus ajuda a quem cedo madruga! – o que é mais ainda, Braga. É um prazer ouvi-lo. Aqui, como você sabe, trabalho é que não falta. Já sei o que você quer tão cedo. É sobre os meninos da Rua Bela, não é? É um trabalho e tanto, mas espero concluir em breve.

Depois de ouvir vastos cumprimentos pelo trabalho que executara, o perito ouviu calado o pedido demorado do colega detetive.

– Não precisa justificar nada, Braga, já ouvi todos os pedidos que podem ser pedidos no mundo. Não é agora que vou me admirar. E já que você está com pressa, aguenta na linha. É para já.

O detetive Braga não descolou o telefone do ouvido enquanto consumia ansiosamente quatro cigarros seguidos e vários cafezinhos. Pouco tempo depois o perito Fernando dos Santos retornou, relatando em detalhes a resposta. Braga ouviu tudo, respeitosamente calado, sem interromper a exposição. Depois o silêncio foi mútuo e o pensamento de ambos os policiais caminharam juntos a uma só conclusão.

– Suicídio, Braga, você tinha razão. Tudo foi um suicídio coletivo. Um pacto entre meninos.

– Suicídio coletivo. Você acreditaria nisso Fernando? Um pacto de suicídio entre meninos – repetiu para si mesmo. Quem, afinal, vai acreditar nisso? E como explicar?

O perito não soube o que responder por que não era chegado a lendas e costumes selvagens, mas se congratulou com o detetive Braga efusivamente.

– Mas você tem nas mãos todos os elementos necessários para basear e concluir o inquérito, Braga, embora seja difícil convencer a todos, principalmente às mães, porque aí envolve o sentimento de perda e dor.

– Procurarei mostrar às mães que, afinal, o sacrifício dos meninos foi por uma boa causa. Se é que a morte, em qualquer circunstância pode justificar a defesa de uma causa.

– Só você para chegar a essa incrível conclusão sem ser legista. Parabéns, Braga! E não se esqueça de me mandar uma cópia do inquérito para meu supersecreto Arquivo X.

Braga não escondeu a pontinha de orgulho diante das exclamações admiradas de Fernando. Essa, aliás, era uma das poucas compensações de tão ingrata profissão: o respeito e reconhecimento dos colegas. Fernando, porém, não demorou nadinha em estragar a alegria de Braga.

– Mas amanhã eu não quero por nada deste mundo estar na sua pele, caríssimo colega. Se chamarem você de charlatão, trapaceiro ou mágico, ainda será elogio! Vou mandar-lhe o laudo, mas não me chame para explicar nada. Vou viajar. Vejo você na TV.

Fernando disse as últimas palavras em tom de gozação, mas ao fim corrigiu:

– Se precisar sabe onde me encontrar. Boa sorte. Aliás, toda a sorte do mundo!

No outro lado da linha o detetive Braga riu nervosamente ao se imaginar jogado às feras, ter que defender a polícia, que mais uma vez seria atacada como instituição. Já se via alvo do ridículo, condenado por chegar à conclusão que não fosse a mais óbvia: chacina a meninos de rua. Enfim, fazer o quê?

FIM

Rio de Janeiro, Cachambi, abril de 2006.
Revisto em maio de 2018.